



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

DANIEL DE ARAÚJO GOMES

**PROTAGONISMO INDÍGENA NA ARAUCANIA DO SÉCULO XVI:
OS MAPUCHE E A CONQUISTA ESPANHOLA**

Rio de Janeiro – RJ

2019

DANIEL DE ARAÚJO GOMES

**PROTAGONISMO INDÍGENA NA ARAUCANIA DO SÉCULO XVI:
OS MAPUCHE E A CONQUISTA ESPANHOLA**

Monografia apresentada ao curso de graduação em História,
da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte
dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em História.

Orientadora: Prof. Dra. Alessandra G. de Carvalho Seixlack

Rio de Janeiro – RJ

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIEL DE ARAÚJO GOMES

PROTAGONISMO INDÍGENA NA ARAUCANIA DO SÉCULO XVI: OS MAPUCHE E
A CONQUISTA ESPANHOLA

Monografia apresentada ao curso de graduação em História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em História.

APROVADO em: _____ de _____ de _____

Professor-Orientador: _____

Prof. Dra. Alessandra G. de Carvalho Seixlack

Professor Convidado: _____

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro

Professor Convidado: _____

Prof. Dra. Hevelly Ferreira Acruche

Rio de Janeiro – RJ

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof. Dra. Alessandra Seixlack, que desde o primeiro contato já demonstrou interesse e entusiasmo, o que acabou me motivando ainda mais para a conclusão deste trabalho. Sua simpatia, dedicação, atenção e solicitude foram essenciais para que eu obtivesse o melhor resultado possível.

À minha família, em especial minha avó e minha mãe, que desde quando decidi iniciar a educação superior, sempre me motivaram e incentivaram. E que sem seu esforço contínuo e dedicação em me mostrar que a educação era sempre o melhor caminho, com certeza eu não teria chegado onde hoje estou.

Aos amigos Robson Martins, Maria Flávia Amambahy, Glayd Soares e Alexandre “Bob” Coimbra, por todo apoio, conversas, incentivos e ajuda mútua durante todos estes anos na Universidade.

A todos os meus professores, da educação básica à graduação, responsáveis por todo o conhecimento adquirido e ensinamentos que, não apenas me formaram como educando, mas como cidadão e sujeito histórico.

*Chile, fértil provincia y señalada
en la región Antártica famosa,
de remotas naciones respetada
por fuerte, principal y poderosa;
la gente que produce es tan granada,
tan soberbia, gallarda y belicosa,
que no ha sido por rey jamás regida
ni a extranjero dominio sometida*
(Alonso de Ercilla, La Araucana)

PROTAGONISMO INDÍGENA NA ARAUCANIA DO SÉCULO XVI: OS MAPUCHE E A CONQUISTA ESPANHOLA

RESUMO

A história da conquista da América pelo europeu é marcada pelas guerras, mortes, violência e destruição de povos e culturas. Durante muito tempo a historiografia interpretou esse processo sob um olhar eurocêntrico, negando aos nativos seu papel ativo na própria história. Assim como diversas outras etnias nativas da América, o povo mapuche vivenciou o processo de conquista espanhola, porém não se curvou à dominação europeia, resistindo por quase 300 anos. O presente trabalho tem por finalidade analisar como os conflitos bélicos e, principalmente, os acordos de paz e as negociações estabelecidos entre mapuche e *hispanocriollos* foram fundamentais para conferir aos indígenas seu lugar como protagonistas não apenas de sua própria história, mas da história chilena como um todo.

Palavras-chave: mapuche, protagonismo, resistência, Chile, conquista.

ABSTRACT

The history of the conquest of America by the European is marked by wars, deaths, violence and destruction of peoples and cultures. For a long time historiography represented this process under a Eurocentric gaze, denying the natives their active role in history itself. Like many other Native American ethnic groups, the mapuche people experienced the process of Spanish conquest, but did not bow to European domination and resisted by almost 300 years. Thus, the purpose of this paper is to analyze and understand how the war conflicts and, especially, the peace agreements and negotiations, were fundamental to give the mapuche its place of protagonist, not only of its own history, but also of Chilean history as a whole.

Keywords: mapuche, protagonism, resistance, Chile, conquest.

SUMÁRIO

1. Introdução	07
2. Capítulo I – O povo mapuche, a expansão espanhola e o contato interétnico entre indígenas e espanhóis	
2.1. A “gente da terra”: uma apresentação do povo mapuche.....	12
2.2. A expansão <i>huinca</i> e as transformações sociais ocorridas a partir da relação interétnica.....	16
3. Capítulo II – Conflitos e Resistência: O protagonismo mapuche através da guerra e das negociações	
3.1. “ <i>Lapelape</i> ”: como resistir ao exército que conquistou a América?.....	22
3.2. Las Paces de Quilín: tratados e acordos como forma de resistência.....	30
3.3. mapuche, o povo que a Espanha nunca conquistou.....	34
4. Conclusão.....	38
5. Referências Bibliográficas.....	44

1. Introdução

Desde a chegada do Europeu na América, a partir de 1492, conflitos e batalhas acabam por se tornar algo cotidiano não apenas na vida do espanhol que aqui aportava, mas também dos povos indígenas nativos da América. Em alguns casos, como os Astecas por exemplo, a guerra era algo comum e quase que cotidiano, tendo em vista que o conflito servia como modo de expansão territorial, e conseqüentemente, aumento do poder do império. Como dito por Todorov, “o encontro entre o Velho e o Novo Mundo, que a descoberta de Colombo tornou possível, é de um tipo muito particular: é uma guerra, ou melhor, como se dizia então, a Conquista” (TODOROV, 2014. p. 73). A guerra tornou-se quase cotidiana na relação entre espanhóis e indígenas por todo o território americano, desde o México, passando pelas ilhas do Caribe e indo até os Andes sul-americanos.

A relação entre conquistador e nativo sempre pressupunha interesses e algum tipo de conflito. Somada às mortes causadas pelas doenças trazidas pelo europeu, as quais diminuíram de forma considerável a população nativa por toda a América, a guerra foi o principal motivo da diminuição populacional dos povos nativos. Astecas, Maias, Incas, Taínos, Guaranís e diversos outros povos indígenas foram conquistados, segundo o historiador italiano Ruggiero Romano, à base “*da espada, da cruz e da fome*” (ROMANO, 2000, p. 13).

Mas devemos ter em mente que os povos nativos não foram passivos frente às investidas hispânicas e nem tampouco entregaram seus territórios e abriram mão de suas culturas e costumes, sem combater o invasor ou negociar com ele. E, mesmo após terem suas populações reduzidas a níveis alarmantes e terem presenciado tentativas da supressão de sua cultura, os indígenas resistiram e mantiveram seus costumes vivos até os dias de hoje.

Neste trabalho, será analisada a resistência do povo mapuche à dominação hispânica. A denominação mapuche tem origem em duas palavras da língua nativa mapudungún, onde *mapu* significa terra, e *che* significa gente, ou seja, “gente da terra”. Os mapuche habitavam originalmente a região centro-sul do Chile e do sudoeste da Argentina e eram conhecidos entre os Incas e espanhóis como “araucanos”, porém esta denominação era considerada por eles pejorativa. Para os mapuche, tanto Incas quanto brancos eram denominados de *huincas*, isto é, conquistadores.

Sendo assim, discutiremos a resistência mapuche durante os séculos XVI e XVII, período no qual estes combateram os espanhóis e negociaram a assinatura de acordos de paz pautados por interesses próprios. Buscaremos pensar como através das guerras e negociações políticas, os mapuche foram sujeitos ativos de sua história e conseguiram resistir às investidas dos espanhóis durante o processo de conquista. O intuito é mostrar que os nativos não foram vítimas desprotegidas e passivas, mas sim tiveram um papel fundamental na história colonial, o qual se deve ao modo como resistiram aos espanhóis por centenas de anos. Sabemos que na maioria dos casos em que é abordada a questão da conquista da América, a história indígena está marcada por uma narrativa que privilegia quase que exclusivamente o conquistador. É muito comum vermos em documentários, filmes, livros didáticos (e em alguns casos, até mesmo em livros acadêmicos), a imagem dos povos indígenas – seja no século XV ou na contemporaneidade – apresentada de maneira em que o nativo é visto como selvagem, incivilizado, bárbaro, etc. E, no tocante ao encontro entre indígenas e europeus, o primeiro permanece retratado como passivo, vítima e submisso às investidas e interesses dos conquistadores. É comumente representado como aquele que ofereceu pouca resistência e, por esse motivo, foi conquistado.

Como observa o historiador chileno Jorge Pinto Rodríguez, diversas regiões distantes dos centros políticos e econômicos coloniais (como Lima, Santiago do Chile, Buenos Aires, México-Tenochtitlán), foram obscurecidas pela historiografia por serem consideradas porções de território ainda não integradas à lógica produtiva do sistema colonial. Todavia, as chamadas regiões fronteiriças, dentre as quais está a Araucania, tiveram de fato um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico das metrópoles (RODRÍGUEZ, 2003, p. 29).

Nesse sentido, pouco se sabia sobre a origem do povo mapuche e, ainda assim, o pouco que se conhecia era proveniente de narrativas espanholas e/ou chilenas. Segundo o historiador chileno José Bengoa, as informações sobre a origem do povo mapuche, foram preservadas e ultrapassaram o tempo graças aos escritos e crônicas de autoria de espanhóis e *criollos*, que sempre os definiam como bárbaros e não civilizados. Bengoa ainda destaca que muitos historiadores de pensamento liberal defendiam que os mapuche situavam-se a níveis abaixo da

civilidade, depreciando-os e definindo-os como parte de “*uma sociedade inculta e violenta*” (BENGOA, 1996, p. 22).

O que se busca aqui é, de certa forma, alertar para a importância de revisitar a narrativa historiográfica tradicional sobre os povos indígenas (nesse caso, o povo mapuche), atentando para seu papel enquanto sujeitos ativos na história e ressaltando que os séculos de resistência não os tornaram meras vítimas do processo de conquista. Para compreendermos melhor o protagonismo dos povos indígenas durante o processo de conquista, em especial os mapuche, é necessário que conheçamos a sua história. A origem desses povos pode nos dizer muito a respeito do seu desenvolvimento social, demográfico, cultural, etc., e é a partir desses aspectos, do modo de vida mapuche, que poderemos analisar sua relação com o conquistador espanhol, seus conflitos, aspirações, interesses, mas, sobretudo, sua capacidade de resistência. Outro ponto importante, e que deve ser lembrado, é que o povo mapuche não resistiu apenas aos espanhóis (mesmo esse sendo o foco principal da pesquisa), mas também ao expansionismo do Império Inca, prova de que sua história deve ser mais estudada e receber a relevância que merece.

Para tal, devemos analisar, além das características do modo de vida mapuche, as relações entre eles e espanhóis quando da chegada dos mesmos em seu território. É necessário também compreender o que motivou os mapuche a resistirem tão bravamente, assim como as maneiras através das quais se deu essa resistência. Com isso, objetiva-se identificar as principais características culturais, socioeconômicas e políticas dos mapuche, o que nos auxiliará a compreender a trajetória de mais de 300 anos de resistência frente ao invasor espanhol, de modo a elucidar que o povo mapuche foi sim um agente ativo na defesa de sua cultura durante o processo de conquista da América, consolidando assim seu papel de protagonista na história, não apenas indígena, mas também chilena.

Devemos ter em mente também que não apenas na América, mas em diversos outros continentes alcançados pela expansão marítima europeia, a participação dos povos nativos como sujeitos ativos no processo histórico de suas respectivas regiões foi ignorada. Com os mapuche não foi diferente, já que durante muito tempo seu papel de protagonistas históricos não foi evidenciado na historiografia. Talvez a falta de produções textuais feitas pelos próprios indígenas ou a incompreensão/destruição destas possa, de certa forma, ter contribuído para isso.

A maior parte dos relatos da época que chegaram até nós, foi feita pelos conquistadores europeus e interpretadas seguindo um modelo eurocêntrico por boa parte dos historiadores. Sendo assim, talvez a melhor forma de analisar o papel dos mapuche durante sua resistência à conquista espanhola seja utilizando das ferramentas apresentadas tanto pela Antropologia Histórica quanto pela História Indígena, áreas do conhecimento que buscam reconhecer o protagonismo indígena na história. Somente a partir da década de 1970, com a aproximação entre História e Antropologia, a combinação de fundamentos teóricos e metodológicos de ambos os campos disciplinares daria à análise histórica um novo ar, expandindo seus horizontes. Nesse contexto, há uma maior atenção à cultura, à identidade étnica, às vivências e às experiências, mostrando que todas essas características podem ser produtoras de conhecimento histórico.

Uma hipótese sobre o caso dos mapuche é de que sua resistência foi possível devido às características socioeconômicas e políticas da sociedade, que impediram que os conquistadores espanhóis lograssem êxitos em suas investidas. Uma vez que os mapuche não possuíam um governo centralizado nas mãos de um único chefe político, não havia como desestabilizar toda uma sociedade, como ocorreu com os Astecas e os Incas, por exemplo. Dizem que a forma mais eficaz de se matar uma cobra é cortando-lhe a cabeça, mas o que fazer quando essa cobra não tem cabeça? Outra hipótese é de que a maneira pelo qual os mapuche se tornaram protagonistas não se deu apenas através do conflito bélico, mas também da negociação política com os espanhóis. Como observa Raul Contreras, “*a resistência indígena não se constitui apenas no âmbito da oposição, do obstáculo, da reação e da defesa, mas também se revela efetiva na complementaridade e na negociação*” (CONTRERAS, 2008, p. 1).

Sendo a cultura mapuche oral, não temos muitos documentos do período colonial escritos pelos próprios indígenas (assim como acontece com diversos outros povos nativos americanos). Logo, a maior parte da documentação que resistiu ao tempo e chegou até nós foi produzida por espanhóis e *criollos*. Todavia, essa limitação não inviabilizou nossa pesquisa histórica sobre a resistência mapuche e para isso foram utilizados como fontes primárias tanto o poema épico chamado *La Araucana*, escrito pelo poeta e soldado espanhol Alonso de Ercilla e Zuñiga, que

esteve presente em algumas batalhas durante a Guerra do Arauco¹, como as cartas que Pedro de Valdívia escreveu ao Rei de Espanha, Carlos V, durante a conquista do Vice-Reino do Chile, do qual ele foi um dos comandantes. Ademais, pretende-se analisar também as cláusulas do Tratado de Quilín.

Dessa forma, ao final deste trabalho espera-se demonstrar que os nativos mapuche não foram vítimas passivas do processo de conquista, mas sim protagonistas e agentes políticos da sua própria história. Resistindo às investidas dos espanhóis por quase 300 anos em meio às guerras, mortes e destruição de ambos os lados, os mapuche barraram o avanço da conquista espanhola e, com isso, obrigaram a Coroa a apelar para a assinatura de tratados de paz e para a organização de assembleias entre os representantes do poder espanhol e do poder indígena, originando acordos que também atendiam aos interesses próprios do povo mapuche.

1 Série de conflitos entre os conquistadores espanhóis e os mapuche, que durou cerca de 300 anos (1550-1656), tendo diferentes níveis de intensidade, segundo alguns cronistas.

2. Capítulo I – O povo mapuche, a expansão espanhola e o contato interétnico entre indígenas e espanhóis

2.1 – A “gente da terra”: uma apresentação do povo mapuche

Para compreendermos todo o processo de resistência do povo mapuche, é necessário, sobretudo, que conheçamos algumas características e particularidades dessa sociedade. Para José Bengoa, chega a ser um pouco complicado conseguir distinguir, dentro da história do povo mapuche, o que é mito e o que é realidade acerca de seu passado histórico (BENGOA, 1996, p. 12). Assim como a maioria dos povos, sua história se baseia em um mito fundador, a história da criação do seu povo, e no caso dos mapuche, essa história tem uma ligação muito forte com as forças e elementos da natureza. Água e terra, chuva e sol, são as bases do que seria “a fórmula” que deu origem à sociedade mapuche. Segundo o mito da criação descrito por Bengoa em seu livro *Historia del Pueblo mapuche*, a sociedade mapuche inicia-se com uma catástrofe natural, onde um dilúvio (por ordem de uma grande cobra mítica chamada Cai Cai) faz com que os rios transbordem e o nível da água comece a elevar-se sobre a terra, forçando os indígenas a subirem uma montanha. E, após três meses de chuvas, e muitos animais e pessoas mortas, os mapuche se puseram a orar a outro deus (uma segunda cobra tão poderosa quanto a primeira, chamada Ten Ten), o qual fez a chuva cessar e o nível da água baixar. Dessa forma, eles desceram da montanha em que estavam e começam a povoar a terra (FOERSTER, 1995, p. 162 e 163).

E assim, seguindo uma tradição oral, o mito de origem do povo mapuche foi passando adiante pelos séculos. Porém, para alguns historiadores, o povoamento da região da Araucania se deu através de migrações de povos vindos de outras regiões ou de antepassados dos mapuche que já habitavam a região muito antes dos Incas iniciarem sua expansão territorial, que migraram dos pampas através da cordilheira dos Andes. De modo geral, a origem do povo mapuche é incerta e devido à falta de provas arqueológicas e documentais que sustentem qualquer uma das diversas hipóteses acerca de sua origem, resta a nós recorrer aos escritos deixados pelos contemporâneos dos espanhóis que chegaram ao Vale do Arauco, bem como aos textos escritos por missionários e *criollos* com base na tradição oral dos mapuche.

O território ocupado pelo povo mapuche era limitado ao norte pelo rio Maule (região da atual cidade de Talca), que marcava também a fronteira onde os mapuche começaram a se defender dos ataques tanto espanhóis quanto dos Incas (BENGOA, 1996, p. 14)². Ao Sul, o território mapuche se estendia até o rio Cruces, na região da província de Valdivia; a oeste era limitado pelo oceano Pacífico e a leste pela Cordilheira dos Andes. Havia ainda uma parcela do povo mapuche que vivia mais próxima da cordilheira e, conseqüentemente, mantinha certo contato com o Império Inca, assimilando um pouco dessa cultura. Tal população era denominada “*picunches*” (“gente do Norte”, em mapudungún), assim como mais ao sul, havia os “*huilliches*” (“gente do Sul”), povo considerado pelos espanhóis como muito guerreiro.

Os mapuche possuíam uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes quando da chegada dos espanhóis e, segundo Bengoa, existem evidências de que sua população já se encontrava no Chile desde 500 e 600 anos a.C. (BENGOA, 1996, p. 14 e 15). Algumas hipóteses dizem que os mapuche vieram do centro da América em sucessivas ondas migratórias e, chegando à região chilena, dominaram os nativos primitivos, impondo seus costumes, língua e sua religião, e mantendo-se como grupos nômades que viviam da caça e da coleta de frutos e sementes. Outros autores como Ricardo Latchan e Francisco Encina, citados por Bengoa, consideram que os “araucanos” chegaram no atual território chileno, pelo menos dois séculos antes da expansão Inca, residiram por algum tempo nos pampas argentinos e, após cruzarem os Andes, se estabeleceram no Valle de Cautín (BENGOA, 1996, p. 13). Mas tal hipótese pode ser questionada, se levarmos em consideração a quantidade de habitantes indígenas, como dito anteriormente, em um território bastante restrito e limitado geograficamente, o que nos leva a crer que os mapuche já se organizavam de forma ordenada, com uma sociedade bem estruturada e organizada (BENGOA, 1996, p. 14).

O povoamento da região do Arauco se deve principalmente à grande facilidade em encontrar recursos para a subsistência da população. O fato dessa região estar geograficamente próxima do mar e de numerosos rios e lagos tornava-a propícia para o estabelecimento de pequenas comunidades, pois permitia um sistema de caça e coleta muito simples, sem necessidade de grande conhecimento

2 Segundo Bengoa, alguns historiadores consideram o rio Itata como limite norte da região habitada pelo povo mapuche.

tecnológico. Os mapuche eram um povo seminômade que vivia basicamente da coleta de frutos e sementes, além de ter conhecimento sobre a reprodução de algumas espécies vegetais e sobre técnicas primitivas de agricultura. Apesar de não possuírem ferramentas “modernas” para o cultivo da terra, utilizavam uma técnica conhecida como “roza-tumba-quema”³.

Além de coletores, os mapuche se destacavam como grandes caçadores e pescadores. O uso do cachorro na caça pelos mapuche era de grande importância, e duas raças se destacavam: o “quilto” (um pequeno cão bastante peludo e com olhos cobertos de pelo) e o “thregua” (proveniente da domesticação do chacal, tinha porte de “cão policial” e até hoje é encontrado nos campos). Eles também utilizavam diversos tipos de armadilhas para capturar as mais diversas espécies de animais existentes. Ademais, tinham na pesca uma importante fonte de recursos e possuíam barcos de até 30 remadores, nos quais iam até ilhas próximas. Pescavam grande variedade de peixes e moluscos, além de algas marinhas. A caça de lobos marinhos, além de proporcionar a carne, servia para a fabricação de ferramentas (facas), bolsas e mochilas, a gordura para acender fogo e na alimentação.

Os mapuche formavam uma sociedade relativamente harmônica antes da chegada dos espanhóis, tanto na relação com a natureza e seus recursos, quanto nas relações pessoais internas. Nela, a escassez de recursos era praticamente inexistente (a escassez de alimento só se dava em momentos em que as condições climáticas não permitiam a caça ou colheita e, é claro, nos dias em que “faltava sorte” na caça, algo comum em sociedades de caçadores e coletores). Sua organização social seguia um modelo de família patriarcal, onde a instituição “família” era concebida como todos os indivíduos do lado paterno, junto com suas esposas, filhos e netos, etc.

A família mapuche era uma instituição que, apesar de apresentar sinais de uma transição para o patriarcalismo, ainda se mantinha numa filiação matrilinear. E, apesar das práticas poligâmicas, a maioria dos casamentos ainda eram monogâmicos, tendo em vista que para manter várias esposas necessitavam-se recursos que somente os mais ricos e os caciques poderiam sustentar. Apesar de tudo, os mapuche apresentavam um sistema parental bastante numeroso, e grande

3 Trata-se de uma técnica onde basicamente se queima a vegetação existente, derrubando as árvores queimadas, e se limpa toda uma área que será posteriormente utilizada.

parte dos indivíduos mantinham algum tipo de ligação, seja por laços consanguíneos ou de simples afinidade.

Os mapuche poderiam viver em grandes “*rucas*”⁴ com até cem pessoas, e apesar de não existir uma estrutura político-social superior à família, havia sim um sistema de regulação de conflitos e de alianças, onde o papel central era exercido pelos mais velhos, ou seja, os mais sábios. Contudo, os mapuche não possuíam nenhuma autoridade na vida cotidiana fora do círculo familiar. As divisões de trabalho eram feitas dentro da própria família, seguindo critérios baseados na idade ou no sexo, assim como qualquer outra atividade que pudesse levar em conta o gênero ou idade do membro familiar. No que diz respeito às alianças, podem-se destacar dois tipos: as alianças mais pontuais, como por exemplo, para a caça, pesca ou para a coleta, e as alianças permanentes, que eram seladas pelo parentesco.

Toda a complexa relação existente na sociedade mapuche, seja com a natureza ou no nível familiar, fazia com que não fosse necessária a presença de governantes, tal como acontecia na sociedade espanhola, por exemplo. Ou seja, os mapuche se caracterizavam pela ausência de um poder centralizado, onde cada família era como um “Estado” independente. Sendo assim, não havia a figura de um chefe que possuísse de forma permanente o poder político. Como dito anteriormente, a família era o núcleo organizacional da sociedade mapuche e, nesse caso, a função de chefe (tanto político como religioso) dentro da unidade familiar era exercida pelo “*lonco*” (ou “*lonkgo*” em mapudungún, que significa “cabeça”). Porém a autoridade do *lonco* era limitada ao interior do núcleo familiar ou de uma “*rehue*”⁵ (“*rewe*”). Se a questão a ser debatida fosse militar, vários “*loncos*” iriam se reunir em um tipo de assembleia (“*koyang*”) e ali escolheriam um “*toqui*”⁶, o qual manteria sua autoridade até que fosse morto, que a guerra terminasse ou que um novo “*toqui*” fosse escolhido por uma assembleia.

4 Em mapudungún, “*ruka*”, que significa “casa”. Era onde viviam os mapuche, sendo a construção mais importante de sua arquitetura. Tinha normalmente uma área de 120 a 240 m² e tradicionalmente tinha o formato circular ou ovalado, podendo ser construída também no formato retangular ou quadrado. Sua entrada principal ficava sempre voltada para o leste.

5 Um tipo um clã, ou seja, um agrupamento de pessoas que se consideram descendentes de um mesmo ancestral e/ou possuem relações de parentesco. Nove “*rehues*” formam um “*ayllarehue*”, um tipo de confederação.

6 Em mapudungún “*toki*”, que significa “machado” ou “aquele que possui o machado”. É um título conferido pelos mapuche àqueles que são escolhidos como os seus líderes em tempos de guerra.

Sobre a religiosidade mapuche, esta se diferenciava dos demais povos mesoamericanos principalmente pela ausência de ídolos e lugares sagrados para a adoração, o que não queria dizer que os mapuche eram isentos de uma crença em um “Ser Supremo” (ALDEA, 1902, p. 64; FOERSTER, 1995, p. 16). Eles rogavam a este “Ser Supremo” em quase todas as ocasiões, pedindo por ajuda na colheita, por proteção, por conselhos, etc. Além disso, também tinham a crença em um “ser maligno”, que se chamava *Pillan*. Este “diabo” habitava os vulcões enquanto o “Ser Supremo” habitava o céu, e ao contrário do que faziam a este, nunca ousavam invocar ou rogar algo a *Pillan*. Os mapuche acreditam na imortalidade da alma e, como em outras sociedades, na existência de dois mundos aos quais a alma pode estar destinada, sendo um bom e um mal. Acreditam também que fenômenos da natureza têm significação mística e podem ser sinais de bons ou maus presságios, como por exemplo, um eclipse, trovões ou tempestades (ALDEA, 1902, p. 65).

2.2 – A expansão *huinca* e as transformações sociais ocorridas a partir das relações interétnicas

Antes de mais nada, é importante compreendermos a expansão espanhola pela América do Sul e o que isso significou no contexto do encontro e da relação entre os estrangeiros (espanhóis) e os mapuche. Após os espanhóis terem conquistado os Astecas e os Maias, os Incas seriam os próximos a serem subjugados, mediante uma expedição que ficaria a cargo de Francisco Pizarro. Apesar de todos esses povos terem lutado por anos contra os conquistadores e apresentando resistência, não conseguiram evitar o jugo espanhol. Os espanhóis utilizaram ferramentas de dominação semelhantes em todas as ocasiões, além de contarem com as epidemias, com a fome, apoio de outros nativos e com conflitos internos dos próprios povos a seu favor, como por exemplo, no caso dos Maias, que não possuíam um império com poder centralizado, e sim diversos Estados independentes que conflitavam entre si. Já no caso do Império Inca, após a morte do Inca Huayna Cápac, seus filhos (Huáscar, o herdeiro legítimo, e Atahualpa) iniciam uma disputa pelo reino que acaba se transformando em uma guerra civil pelo poder do império (LEÓN-PORTILLA, 1987, p. 87). Foi nesse cenário de conflitos, verificados no Vice-Reinado do Peru durante o processo de conquista dos Incas que

os espanhóis iniciaram sua incursão na Capitania Geral do Chile com a expedição iniciada por Pedro de Almagro, mas finalizada por Pedro de Valdivia.

A partir do Peru, duas expedições saíram para explorar regiões ainda desconhecidas (ou sem informações precisas), sendo elas o atual Chile e o Rio da Prata. Eram terras remotas que se estendiam até aproximadamente o Estreito de Magalhães, sendo as informações sobre sua população, limites, fauna e flora imprecisas. Há relatos de que os próprios Incas incitavam os espanhóis a saírem em tais expedições, em busca de riquezas que lá existiam, mas tudo como pretexto para que os estrangeiros seguissem rumo ao sul e deixassem suas terras.

Diego de Almagro (1475 – 1538) foi o primeiro conquistador a iniciar uma expedição rumo às terras chilenas, deixando a cidade de Cuzco em 1535 com um exército composto por “500 soldados espanhóis, 100 escravos negros e milhares de escravos Incas (*yanacunas*⁷)” (CONTRERAS, 2008, p. 3)⁸. E, embora Almagro tivesse sofrido uma derrota para os mapuche logo em sua primeira investida (tal episódio ficou conhecido como Batalha de Reinoguelen e ocorreu nas proximidades do rio Itata), foram os conflitos de natureza política (entre os próprios espanhóis) que fizeram com que Almagro abrisse mão da expedição e voltasse ao Peru (CONTRERAS, 2008, p. 3). Além disso, revoltas indígenas estavam causando danos gravíssimos ao poder espanhol, como por exemplo a destruição da cidade de Cuzco por indígenas rebeldes. Os espanhóis só voltariam ao território da Capitania Geral do Chile cerca de 10 anos mais tarde, em 1546, com uma nova expedição, dessa vez comandada pelo conquistador espanhol Pedro de Valdivia (1497 – 1553).

Neste capítulo não trataremos das batalhas ocorridas entre os espanhóis e os mapuche, bem como sua resistência frente aos conquistadores, tema que será abordado com mais detalhes no próximo capítulo. Aqui daremos ênfase aos primeiros contatos entre espanhóis e nativos, bem como aos reflexos desse encontro interétnico, principalmente no que se refere às mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorreram devido ao contato entre estes dois grupos.

7 O termo deriva do quechua “*yanakuna*”, que significa “escravo da nobreza”. Os europeus utilizavam-no para se referir aos “auxiliares” e “ajudantes”. Os mapuche utilizavam o termo *yanacunas* em seu significado de “servil” e “covarde” para designar Incas e outros povos indígenas da etnia quéchua que serviam como soldados do conquistador espanhol.

8 A presença de escravos, tanto nativos quanto negros, bem como também de africanos livres compondo os exércitos conquistadores. Matthew Restall aborda essa questão em seu livro “Os sete mitos da conquista espanhola”, o que ele vai chamar de “guerreiros invisíveis”.

Como dito anteriormente, por ocasião da chegada dos espanhóis no território da Capitania Geral do Chile, a população que lá habitava tinha uma economia basicamente de subsistência, vivendo da coleta, da caça e da pesca, bem como de técnicas primitivas de cultivo. Não possuía um poder centralizado nas mãos de um único cacique e a família era a unidade básica que constituía a sociedade. Antes do contato com os estrangeiros espanhóis (*huincas*), uma parte dos mapuche já mantinha uma relação econômica e social com os Incas, e a partir daí já tinham assimilado uma parte da cultura incaica, mas nada que interferisse ou modificasse drasticamente sua própria cultura. Essa parcela do povo mapuche era chamada “*picunches*” (“gente do Norte”). Após o contato com os espanhóis, tanto a cultura como o modo de vida dos mapuche irá se alterar com o passar do tempo, desde a economia até a organização social.

Foram centenas de anos, entre conflitos e períodos de relativa paz (além dos tratados diplomáticos, que veremos mais adiante), e seria pouco provável que nada se alterasse entre os espanhóis e, principalmente, no modo de vida mapuche. Além do mais, quando da chegada dos espanhóis, a região da Araucania já possuía milhares de habitantes, deixando até os conquistadores impressionados, o que, segundo Bengoa, já demonstrava o grau de organização social em que se encontravam os mapuche:

Al hablar de un millón de habitantes, estamos señalando que a la llegada de los españoles, el territorio chileno no era habitado por bandas de aborígenes desarrapados, ni por grupos aislados de cazadores nómadas, como normalmente se insinúa en los libros de historia y en la historiografía nacional. Un millón de habitantes en un territorio tan delimitado como el chileno - desierto de Atacama, cordillera y mar - plantea la existencia de una organización social, o varias organizaciones, bien estructuradas (BENGOA, 1996, p. 16).

Sendo assim, segundo o antropólogo Guillaume Boccara, as mudanças vividas pelos mapuche podem ser classificadas como um tipo de “etnogênese”, ou seja, um “*processo de reconfiguração social, política, econômica e cultural que implica a redefinição do sentimento identitário e desemboca na emergência de uma nova formação social ou de uma nova entidade e identidade étnica*” (BOCCARA, 2007, p. 59). Ou seja, para Boccara, a “etnogênese” pode também ser entendida como o nascimento ou surgimento de um novo grupo étnico, devido à pressão da chegada do europeu. Pode ser entendida também não só pelas modificações físicas

e/ou biológicas, mas também por adaptações, assimilações e qualquer mudança político-social que gere determinado impacto sobre qualquer povo, refletindo no surgimento de um outro grupo (BOCCARA, 1999, p. 57). O contato com o espanhol, principalmente por meio das guerras (mas não exclusivamente), mudará radicalmente o modo de vida mapuche.

Dentre tais transformações, podemos destacar, no campo econômico, uma mudança quanto ao tipo de atividade exercida pelos mapuche. Aquilo que, antes da chegada dos espanhóis, se resumia à produção/coleta em pequena escala (e basicamente para subsistência), durante os séculos de contato interétnico, ganha outras proporções e passa a abranger outras atividades (além da maximização de outras). No que diz respeito à pecuária (*ganadería*), antes dos estrangeiros chegarem, esta se baseava na criação do gado autóctone, que servia apenas para manutenção de um mesmo *rehue*; porém, com as relações entre mapuche e espanhóis, ela se expande e ganha novas características. Como consequência das guerras, os mapuche, em diversas ocasiões, acabaram por penetrar em regiões dos pampas, onde adquiriam as novas espécies de gado (e também cavalos), principalmente por meio de “malones”⁹.

Além do mais, os produtos derivados dessa pecuária, dentre eles carne e couro, poderiam muito bem ser comercializados e/ou trocados por outros produtos produzidos pelos espanhóis, além da prata. E esse comércio não ocorria apenas com os espanhóis, mas também com outros povos indígenas que acabaram se relacionando com os mapuche em decorrência da expansão fronteiriça. A criação de gado acaba por se tornar, com o passar dos anos, a principal atividade econômica mapuche após a chegada do conquistador espanhol. Além do comércio de produtos derivados da pecuária, havia também outros produtos como ponchos e artesanato em barro, os quais eram igualmente comercializados e trocados tanto com os espanhóis quanto com os diversos comerciantes que, por diversos motivos, acabam penetrando em território indígena, além de serem vendidos em postos fronteiriços. Segundo Boccara, a economia mapuche se desenvolve ao ponto de a sociedade colonial ficar sem cabeças de gado, por ter trocado tudo por ponchos produzidos aos milhares pelos mapuche (BOCCARA, 2002, p. 67).

9 Investidas armadas contra as estâncias *hispanocriollas*, e muitas vezes, também com o rapto de mulheres e crianças.

Vale a pena destacar que alguns conflitos internos começarão a ocorrer a partir dos séculos XVII e XVIII, devido ao desenvolvimento dessa criação de gado, visto que a sociedade mapuche transforma a pecuária em atividade econômica essencial, fazendo com que ocorram disputas por pastos e gado. Além disso, algumas transformações da divisão do trabalho começam a ser observadas, restando às mulheres assumir a total responsabilidade pela economia doméstica, como a produção de ponchos e os trabalhos agrícolas (BOCCARA, 2002, p. 67).

Outra importante transformação ocorrida como reflexo da relação (hostil ou não) entre os mapuche e o conquistador espanhol diz respeito à estrutura sociopolítica dos nativos. Antes se tinha na figura do *longko* e do *toki* os principais poderes sociopolíticos da sociedade mapuche, porém esse status começa a se modificar, seja através dos tratados e acordos de paz acertados com os espanhóis, seja em decorrência do desenvolvimento comercial e econômico, onde o acúmulo de produtos, bem como de riquezas, acaba por reproduzir uma distinção social. E, nesse sentido, cria-se a figura de um chefe que terá para si o poder praticamente total, ou seja, o poder começa a se centralizar nas mãos de um único indivíduo, tanto em decorrência do desenvolvimento econômico e comercial, como da celebração de *parlamentos* (assembleias) ¹⁰. Essa questão será abordada novamente mais adiante, quando abordarmos os tratados e acordos que eram firmados nessas ocasiões, onde a figura de chefe que detinha um poder centralizado se torna fundamental para os interesses tanto espanhóis quanto mapuche.

Dentre as transformações ocorridas, outro ponto que precisa ser analisado diz respeito à organização territorial. No século XVI, antes da chegada do espanhol, os mapuche se organizavam em diversos grupos que, apesar de compartilharem um mesmo idioma e cultura, ainda assim permaneciam como grupos independentes. Era apenas em períodos de guerra que tais grupos se uniam formando um *ayllarehue* ¹¹, porém, em decorrência das transformações territoriais e do estabelecimento de novos limites de fronteiras, tais unidades se tornaram mais

10 Os parlamentos se referem às reuniões realizadas entre os séculos XVI e XIX, numa tentativa de pôr fim a Guerra do Arauco. Apresentam-se como uma instância política representando duas instituições culturais, os mapuche e os espanhóis, em meio a diálogos, consensos, acordos e desacordos entre relações interétnicas complexas em um contexto adverso de resistência.

11 Era a denominação dada pequena confederação de linhagens ou clãs familiares (nove *rehue*) que dominavam uma região ou província. O *ayllarehue* agiu como uma unidade apenas em ocasiões especiais, seja por motivos festivos, religiosos, políticos ou militares. Vários *ayllarehue* compõem um *butalmapu*, a maior forma de organização político-militar mapuche.

estáveis. Ou seja, segundo Contreras, “a institucionalização dos *ayllarehue* e *futamapu*, os quais de unidades temporárias e situacionais pré-hispânicas, ativadas apenas em períodos de guerra, passaram a ser agregados permanentes do sistema colonial mais tardio” (CONTRERAS, 2008, p.11).

Para Boccara, todas essas mudanças – políticas, econômicas e sociais – que ocorreram no decorrer de três séculos, como reflexo de diversas tentativas de conquista, mas também em decorrência das ações de resistência indígena e de um longo processo de etnogênese, contribuiriam para o surgimento de uma nova identidade étnica (BOCCARA, 2007, p. 67). Esse contexto de conflitos e guerras, mas também de acordos e negociações entre mapuche e *huincas*, foi determinante, segundo Contreras, para que uma “nova identidade mapuche” surgisse a partir de todas as transformações vivenciadas e dessa nova formação social (CONTRERAS, 2008, p. 2).

Ademais, Boccara aponta que, para alguns historiadores e antropólogos, apesar de disporem de certa homogeneidade cultural (pois compartilhavam das mesmas crenças, da mesma cultura, mesma língua, etc.), os mapuche ainda não se viam como um grupo étnico único. Fatores como a descentralização política e até mesmo a geografia da região não favoreciam a cristalização de uma identidade mapuche. Tal unificação só foi possível graças à necessidade de se defender das investidas espanholas: a formação de exércitos e de alianças e outros diversos fatores que apontavam para interesses comuns contribuíram para que ao final os mapuche se convertessem em uma etnia única. Esse processo de “etnogênese” culminaria com a formação de um verdadeiro povo mapuche. Isso nos mostra o quanto os mapuche tinham consciência que suas ações políticas e as transformações ocorridas atendiam também, em certo ponto, aos seus próprios interesses, evidenciando que eles eram sim agentes ativos, políticos e protagonistas de sua história.

3. Capítulo II – Conflitos e Resistência: O protagonismo mapuche através da guerra e das negociações

3.1 – “*Lapelape*”¹²: como resistir ao exército que conquistou a América?

Este capítulo será dedicado a analisar os conflitos, as guerras, e os acordos de paz firmados entre *huincas* e mapuche. Apesar de todas as modificações observadas nas estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais, ocasionadas em decorrência do contato entre indígenas e espanhóis, a resistência mapuche – tanto bélica quanto por meio das negociações – é um dos aspectos que reflete o protagonismo deste povo na história chilena.

Sem grandes informações sobre os povos que habitavam aquela região, os espanhóis esperavam encontrar uma civilização parecida com aquelas que já haviam confrontado no decorrer de suas expedições pela América, desde os vales do México até a Cordilheira dos Andes. E, ao encontrar um povo cuja estrutura em nada se parecia aos Astecas e Incas – uma civilização sem grandes construções arquitetônicas, sem palácios, ouro e artefatos valiosos –, os espanhóis muito provavelmente imaginaram que seria demasiado fácil submeter os mapuche. E, confiando em uma suposta “fragilidade”, encontraram um povo extremamente bélico e com características político-sociais que favoreceram sua resistência, demonstrando ser assim um obstáculo que os espanhóis não esperavam encontrar.

O protagonismo mapuche construído pelos enfrentamentos bélicos e pelas negociações fronteiriças e acordos de paz pode ser analisado sobretudo a partir do Tratado de Quilín (também chamado de *Paces de Quilín*) e dos mais diversos *parlamentos* (assembleias) que se seguiram.

Segundo Ruggiero Romano, a conquista do Chile consistiu em uma experiência peculiar, já que esse processo foi dificultado pela resistência mapuche, bastante consistente e por diversas vezes vitoriosa. Para Romano, a conquista chilena se resume a uma “*história de uma série de conquistas, abandonos e reconquistas*” (ROMANO, 2007, p. 46). Porém tal resistência não se resume apenas às vitórias nas diversas batalhas travadas contra *huincas* no decorrer dos quase 300 anos de duração da Guerra do Arauco. Claro que as derrotas impostas ao confiante

12 “A morte!”. Grito de guerra dos mapuche. Em mapudungún, “*lape*” significa “morte” e a repetição da palavra indica uma ideia de intensidade, abundância ou agrupamento.

e, aparentemente, superior exército espanhol, muito contribuíram para que o povo mapuche se tornasse um exemplo ímpar de resistência indígena, principalmente em um momento no qual muitos indivíduos já haviam sucumbido à violenta incursão europeia na América.

Neste capítulo, analisaremos algumas fontes essenciais para compreender tanto os aspectos bélicos do processo de conquista, como os acordos e negociações entre espanhóis e mapuche. Em primeiro lugar, as cartas do conquistador espanhol Pedro de Valdívia, escritas entre 1545 e 1552, através das quais o Rei Carlos V é informado de suas ações em nome da Coroa, bem como das dificuldades encontradas frente a resistência mapuche. Além das cartas de Valdívia, outra fonte rica em informações sobre a Guerra do Arauco é o poema épico “La Araucana”, publicado pelo soldado e poeta espanhol Alonso de Ercilla entre 1569 e 1589, em cujos versos são destacados não apenas os feitos dos conquistadores (mesmo que sob uma ótica eurocêntrica), mas também valorizada (mesmo que de uma maneira idealizada) a determinação do povo mapuche em resistir à conquista, fazendo com que suas lutas fossem dignas de serem eternizadas na história e passassem a compor não apenas uma parte da memória do que foi a conquista da América em si, mas principalmente, uma parte da memória da história indígena e chilena. Ainda que heroicizasse a figura dos líderes mapuche, Ercilla nos permite entrever em seu poema alguns aspectos da resistência indígena.

Os conflitos iniciam-se logo no primeiro contato entre espanhóis e mapuche, quando Diego de Almagro colocou os pés pela primeira vez em *Wallmapu*¹³, em 1535, e sofreu sua primeira derrota para os indígenas. Mas foi somente com a chegada de Pedro de Valdívia, em 1546, que a guerra passou a ser uma vivência cotidiana na vida do povo mapuche, pois, segundo Bengoa, quando duas civilizações tão distintas se encontram, tal encontro sempre vem acompanhado de guerras, sangue e morte, além de enfermidades, submissão e escravidão (BENGOA, 2010, p. 93). A Guerra do Arauco durou quase três séculos (1536 – 1818) e caracterizou-se por períodos mais intensos (marcados por conflitos e violência de ambos os lados) e por períodos de coexistência e relativa paz entre mapuche e

13 Em mapudungún: “*wall mapu*”, “*walh mapu*” ou “*waj mapu*”, que significa “território circundante”. É o nome que foi dado ao território historicamente habitado pelo povo mapuche.

espanhóis. A Guerra do Arauco terminará apenas com o início das guerras de independência do Chile.

Como dito no capítulo anterior, Pedro de Valdívía chega à região da Araucania dez anos após o fracasso da expedição de Almagro, já que naquele encontro os conquistadores perceberam que os nativos não aceitariam de bom grado a sua presença externa. Ele inicia uma campanha de exploração e conquista na região sul do território que atualmente corresponde ao Chile, chegando às margens do rio Bío Bío acompanhado de vários indígenas auxiliares (em sua maioria Incas *yanacunas*) e cerca de 60 “jinetes” (cavaleiros). Porém, foram recebidos e atacados pelos mapuche, num confronto que ficou conhecido como Batalha de Quilacura¹⁴:

[...] A 11 de hebrero de dicho año, partí e caminé treinta leguas, que era la tierra que nos servia y habíamos corrido; .pasadas 10 leguas adelante, topamos mucha población, e a las diez e seis, jente de guerra que nos salían a defender los caminos y pelear; y nosotros corríamos la tierra, y los indios que tomaba los enviaba por mensajeros a los caciques comarcanos requeriéndolos con la paz: y un día por la mañana salieron hasta tres cientos indios a pelear con nosotros, diciendo que ya les habian dicho lo que queríamos, y que éramos pocos y nos querian matar: dimos en ellos y matamos hasta 50 e los demas huyeron. Aquella misma noche al cuarto de la prima, dieron sobre nosotros siete o ocho mil indios, y peleamos con ellos mas de dos horas, e se nos defendían bárbaramente cerrados en un escuadron como tudescos: al fin dieron lado y matamos muchos dellos y al capitan que los guiaba. [...] ¹⁵

Nessa batalha os espanhóis saíram vitoriosos, mas segundo o professor e político Ricardo Keun, os mapuche, apesar de não terem demonstrado a habilidade militar com a qual enfrentariam os espanhóis em batalhas posteriores, já deixam entrever certa articulação bélica, a qual Valdívía havia comparado aos germânicos que combatera na Europa, a serviço da Coroa, antes de vir ao Novo Mundo. (KEUN, 2012, p. 45). E, apesar da resistência indígena, Valdívía e seu exército ainda conseguem outras vitórias, como, por exemplo, nas Batalhas de Andalién e Penco (1550). Nesse contexto, Valdívía consegue fundar algumas cidades como La Serena (1544), Concepción (1550), La Imperial (1552), Valdívía (1552), Villarica e Los Confines (1553), como o próprio relata ao Rei de Espanha em uma de suas cartas:

14 Ocorrida em 11 de fevereiro de 1546, para alguns historiadores esse seria o início dos conflitos que marcaram a Guerra do Arauco, enquanto para outros, tudo se inicia em 1536 com a chegada de Almagro.

15 Trecho de uma carta enviada por Pedro de Valdívía ao Imperador Carlos V, em 15 de outubro de 1550.

[...] Como dije en aquellas cartas, a los cinco de octubre del año de 1550 poblé la ciudad de la Concepcion, hice en ella cuarenta vecinos: por el marzo adelante de 51 poblé la ciudad Imperial, donde hice otros ochenta vecinos, todos tienen sus cédulas: por hebrero deste presente año de 1552 poblé la ciudad de Valdivia, tienen de comer cien vecinos: no sé si cuando les hobiere de dar las cédulas, podrán quedar todos. Dende a dos meses por el abril adelante poblé la Villa Rica, que es por donde se ha de descubrir la mar del Norte: hice cincuenta vecinos, todos tienen indios, y así iré conquistando y poblando hasta ponerme en la boca del estrecho, e siendo V. M. servido y habiendo oportunidad de sitio donde se pueda fundar una fortaleza, se hará para que ningun adversario entre ni salga sin licencia de V. M. [...]¹⁶

Mas, apesar dessa aparente calma, inicia-se em 1553 uma insurreição indígena, conhecida como a primeira revolta mapuche, onde os nativos liderados por Lautaro e Caupolicán derrotam os espanhóis, sendo Valdivia morto na Batalha de Tucapel (1553).¹⁷ A Batalha de Tucapel foi levada a cabo pelo *toki* Lautaro (1534 – 1557), que após passar um grande período como serviçal de Valdivia, integrando o exército espanhol, aproveitou todo o conhecimento militar adquirido e juntou-se aos outros *toki* mapuche. Assim, ensinou-lhes todas as técnicas e táticas espanholas que conhecia, o que deu aos indígenas uma certa vantagem sobre os invasores:

Así, de reunión en reunión, cada uno tenía algo de qué lamentarse. Pronto el lamento se transformó en una queja común y comenzaron a unirse los diversos grupos y a ofrecer cooperación para actuar en un gran esfuerzo que tendría a su favor el inmenso número, la decisión y la valentía. Para el español, que confiaba en su fuerza y en sus armas y así en su superioridad, el movimiento rebelde fue una sorpresa. (KEUN, 2012, p. 60).

Após ganhar a confiança de outros *lonkos*, Lautaro iniciou sua rebelião. A Batalha de Tucapel foi importante por ter sido a primeira em campo aberto e onde os espanhóis sofreram uma grande derrota, o que consistiu em um marco na história das guerras mapuche. Destacam-se nesta batalha as manobras e habilidades de Lautaro, que em 1554, reuniu um poderoso exército com cerca de 8 mil homens e enfrentou mais uma vez os espanhóis, liderados por Francisco de Villagra, em um confronto conhecido como Batalha de Marihueñu. Segundo Ercilla, a atuação de Lautaro teria sido decisiva para a vitória mapuche sobre o exército de Valdivia:

16 Trecho de uma carta enviada por Pedro de Valdivia ao Imperador Carlos V, em 26 de outubro de 1552.

17 Após ser julgado, sentenciado e executado pelos mapuche, Valdivia teve seu coração arrancado do peito por Lautaro, o qual foi comido pelos indígenas ali presentes (BENGOA, 1996, p. 30).

Un hijo de un cacique conocido,
 que a Valdivia de paje le servía,
 acariciando de él y favorito,
 en su servicio a la sazón venía;
 del amor de su patria conmovido,
 viendo que a más andar se retraía,
 comienza a grandes voces a animarla
 y con tales razones a incitarla:

Fijad esto que digo en la memoria
 que el ciego y torpe miedo os va turbando;
 dejad de vos al mundo eterna historia,
 vuestra sujeta patria libertando;
 volved, no rehuséis tan gran victoria,
 que os está el hado próspero llamando;
 a lo menos, fijad el pie ligero,
 veréis cómo en defensa vuestra muero.
 (ERCILLA, 2011, p. 39 e 40)

Alonso de Ercilla descreve com detalhes em seu poema toda a primeira fase da Guerra do Arauco, tornando-o, como dito anteriormente, uma fonte riquíssima de informações históricas. Ercilla desembarcou primeiramente no Peru, de onde partiu para o Chile acompanhando García Hurtado de Mendoza, recém-nomeado Capitão-Geral, permanecendo nessa região no período entre 1557 e 1559, quando participou de algumas batalhas como a de Lagunilhas, de Quiapo e de Milharapue.

No poema, Ercilla destaca o heroísmo, a bravura e a tenacidade do povo mapuche, além de “apresentar” a Capitania Geral do Chile ao mundo. “La Araucana” está dividido em três partes, onde a primeira descreve momentos anteriores à chegada de Ercilla ao Chile, e segundo o próprio autor, foi escrita com a ajuda de antigos soldados que contaram a ele tudo o que ocorrera na região. As outras duas partes foram escritas durante a Guerra do Arauco, da qual Ercilla participou efetivamente. O fato de o autor ter sido uma testemunha ocular dos eventos narrados, confere à obra o valor histórico ao qual faz jus. E, mesmo possuindo algumas “pitadas” de ficção, típicas das narrativas épicas, e uma visão eurocêntrica sobre os agentes envolvidos, a obra de Ercilla foi por muito tempo considerada não apenas uma obra literária e poética, mas também uma narrativa verdadeira e testemunhal, isto é, fonte documental dos fatos ali narrados.

Em sua narrativa épica sobre a Guerra do Arauco, Ercilla narra como os espanhóis adentraram na região de Arauco e discorre sobre os primeiros contatos interétnicos e sobre as batalhas entre espanhóis e indígenas. Sua obra nos fornece uma rica descrição dos enfrentamentos bélicos, mesmo dos quais ele não participou

efetivamente, como por exemplo a Batalha de Tucapel. A morte de Valdivia significou um certo retrocesso no processo de conquista, que nem 260 anos conseguiram reverter completamente, de modo que o território entre os rios Maule e Bío Bío vivenciaram uma constante incerteza a partir de então (KEUN, 2012, p. 67).

Cuentan que estuvo de tomar, movido
del conrito Valdivia, aquel consejo;
mas un pariente suyo, empedernido,
a quién él respetaba por ser viejo,
le dice: “Por dar crédito a un rendido,
¿quieres perder el tiempo y aparejo?”
Y, apuntando a Valdivia en el cerebro,
descarga un gran bastón de duro enebro.

Como el dañoso toro, que apremiado
con fuerte amarra al palo, está bramando
de la tímida gente rodeado,
que con admiración le está mirando,
y el diestro carnicero ejercitado,
el grave y duro mazo levantado,
recio al cogote cóncavo descende,
y, muerto, estremeciéndose le tiende.
(ERCILLA, 2011, p. 43)

Nos demais cantos do poema “La Araucana”, Ercilla nos fornece detalhes essenciais para compreender a dinâmica do processo de conquista e das relações entre *hispanocriollos* e indígenas. No Canto VII ele descreve o ataque indígena à cidade de Concepción, a sede do poder espanhol no Chile, e como mulheres, crianças e idosos fugiram para Santiago, ao passo que a cidade foi saqueada, incendiada e deixada em ruínas pelos mapuche. No canto XIV, Ercilla narra em seus versos a morte de Lautaro. Segundo Ercilla, como os espanhóis não conseguiam vencê-lo no campo de batalha, o fizeram através de um ato covarde, e em 29 de abril de 1557, perto do rio Maule, o *toki* foi assassinado enquanto dormia, atravessado por uma lança. É visível como a narrativa de Ercilla transforma Lautaro em um herói, sem abandonar uma visão eurocêntrica sobre o indígena mapuche:

Muerto a Lautaro vemos y perdidas
con gran deshonra nuestras tres banderas,
rotas nuestras escuadras y tendidas
al viento y sol por pasto de las fieras,
las fuerzas y opiniones divididas,
lleno el campo de gentes extranjeras,
y las furiosas armas alteradas
contra sus mismos pechos declaradas.
(ERCILLA, 2011, p. 175)

Além da obra de Ercilla, outro documento que consiste em uma importante fonte sobre as relações entre conquistadores e indígenas são as cartas escritas por Pedro de Valdívía. Diversos cronistas e conquistadores escreveram sobre suas expedições e acontecimentos que marcaram a conquista da América. Bernal Díaz, Bartolomeu de Las Casas, Hernán Cortez, Francisco Pizarro, entre outros, foram aqueles que através de crônicas e cartas enviadas ao Rei, principalmente, narraram – ao seu modo e a partir de seu ponto de vista eurocêntrico e “vencedor” – suas experiências nas terras desconhecidas no “além-mar”.

Segundo o historiador inglês Matthew Restall, as cartas que os conquistadores enviavam à coroa relatando as atividades de exploração e de conquista e colonização tinham dupla finalidade. Primeiro, dar ciência ao rei de tudo o que se passava nas terras recém-descobertas, informando-o sobre a existência (se fosse o caso) de metais preciosos e sobre as características da população nativa. Segundo, solicitar ao rei, devido às façanhas militares de conquista, títulos e cargos (RESTALL, 2006, p. 40). Tais cartas eram chamadas de *probanza de mérito* (prova de mérito).

No caso de Pedro de Valdívía, este enviou um total de doze cartas (também chamadas de *Cartas de Relaciones*) ao Rei Carlos V e às diversas autoridades espanholas, e nelas articulava estrategicamente seus feitos “heroicos” enquanto conquistador, na tentativa de conseguir mais investimentos da Coroa para suas expedições, além de exaltar sua própria figura, fazendo com que o Rei o visse como um servo fiel e digno de reconhecimento. Essas cartas descreviam em detalhes a empreitada de Valdívía no Chile, legitimando suas ações e buscando obter reconhecimento por seus serviços e, junto a isso, honra, fama e fortuna, como se nota no trecho a seguir:

[...] me hallo merecedor de todas las mercedes que V. M. será servido de me mandar hacer y las que yo en esta carta pediré; en tanto que los trabajos de pacificar lo poblado me dan lugar a despachar y enviar larga relación de toda esta tierra y la que tengo descubierta en nombre de V. M., y la voy a conquistar y poblar, suplico muy humildemente [humildemente] me sean otorgadas, pues las pido con celo de que mi buen propósito en su real servicio haga el fruto que deseo, que ésta es la mayor riqueza y contentamiento que puedo tener. Sepa V. M. que cuando el Marqués don Francisco Pizarro me dio esta empresa, no había hombre que quisiese venir a esta tierra, y los que más huían della [de ella] eran los que trajo el

adelantado don Diego de Almagro, que como la desamparó, quedó tan mal infamada, que como de la pestilencia huían della [de ella] [...]¹⁸

Ao buscar convencer o rei da grandeza de seus feitos, a linguagem empregada por Valdívía na redação de suas cartas fazia com que os mapuche fossem vistos como selvagens. Os conquistadores tendiam a construir/moldar a realidade da sociedade indígena, baseados nas suas próprias concepções culturais, sociais e políticas de sociedade (BOCCARA, 2002, p. 53). Em linhas gerais percebemos a preocupação por parte de Valdívía em relação à natureza guerreira dos mapuche e à necessidade de submetê-los à Coroa, a fim de consolidar a posse daquela terra.

[...] Estando poblado, traje a los naturales, por la guerra e conquista que les hice, de paz; y en tanto que les duraba el propósito de nos servir, porque luego procuran cometer traiciones para se rebelar, que esto e mui natural en todos estos bárbaros, atendí a que se hiciese la iglesia y casas, e la buena guardia de todo lo que convenia. Para enviar por socorro, y dar a V. M. cuenta, di órden de hacer un bergantin, y el trabajo que costó, Dios lo sabe. Hecho, me lo quemaron los indios e mataron ocho españoles de los doce que estaban a la guarda dél, por exceder de la orden que les dejé, e a un punto se me levantó y rebeló la tierra, que fué todo en término de seis mesen, e comenzáronme a hacer mui cruda guerra. [...]¹⁹

Com o início dos conflitos, federações começam a surgir entre o povo mapuche, eram os chamados *Ayllarehue*, e seguiam uma certa identidade territorial. De início, os *weichafe*²⁰ usavam lanças (usadas contra a cavalaria espanhola, “jinetes”), flechas, maças e boleadeiras, além de couraças e capacetes feitos com couro de lobo marinho ou de guanacos. Ao passo que os espanhóis se valiam de lanças, machados, arcabuzes e dos mais variados calibres de canhões, além da larga experiência militar oriunda tanto da Espanha quanto do Novo Mundo. Nesse caso, as armas de fogo até compensavam a diferença numérica e o desconhecimento do território, sem contar o auxílio dos *yanaconas*, os quais foram essenciais para algumas vitórias dos conquistadores.

A Guerra do Arauco foi, em sua maior parte, de característica irregular, com poucas ocasiões onde os confrontos eram frontais e em campo aberto (por exemplo,

18 Trecho de uma carta enviada por Pedro de Valdívía ao Imperador Carlos V, em 4 de setembro de 1545.

19 Trecho de uma carta enviada por Pedro de Valdívía ao Imperador Carlos V, em 15 de outubro de 1550.

20 Palavra em mapudungún que significa “guerreiro” ou “combatente”. Derivada do termo “*weichan*”, que significa “luta”, “combate”.

a Batalha de Tucapel). Estes eram basicamente movimentos em massa, combinados com ações de grupos reduzidos, ou seja, propriamente ações de guerrilha, que castigavam os *huincas*, causando-lhes graves baixas e abatendo a moral dos soldados, a partir de emboscadas, ataques furtivos, roubos, saques e raptos. Eram, em geral, ações rápidas seguidas de uma ágil dispersão pelo território. Em várias ocasiões, quando os estrangeiros acreditavam terem pacificado a região, os mapuche se rebelavam, destruindo cidades, fortes e tudo aquilo que simbolizasse de alguma forma sua submissão. Todas as cidades entre o Bío Bío e Valdivia foram destruídas no período entre 1598 e 1603:

[...] La segunda noche em rendiendo la primera vela, vinieron sobre nosotros gran cantidad de indios, que pasaban de veinte mil: acometiéronnos por la una parte, por que la laguna nos defendía de la otra, tres escuadrones bien grandes con tan gran ímpetu y alarido que parecían hundir la tierra, y comenzaron a pelear de tal manera que prometo mi fe que há 30 años que sirvo a V. M. y he peleado contra muchas naciones, y nunca tal teson de gente he visto jamas en el pelear [...]²¹

Em 1598 acontece a Batalha de Curalaba, considerada uma das principais batalhas ocorridas durante a Guerra do Arauco. Nesta, os indígenas liderados pelo *toki* Pelantaro aniquilaram as forças espanholas e mataram o governador do Chile, Dom Martín García Óñez de Loyola. Essa derrota sofrida pelos espanhóis, que foi seguida pelo abandono de diversas cidades, fez com que o próprio Rei Felipe II tomasse uma medida drástica, enviando à América em 1599 um veterano oficial das guerras europeias, Alonso de Rivera.

A Batalha de Curalaba foi o estopim para um segundo grande levante mapuche, que poria fim à esperança dos espanhóis de conquistar a região da Araucania em sua totalidade, levando-os a mudar sua estratégia, partindo para uma postura defensiva que, posteriormente, daria início às políticas diplomáticas e à convocação de *parlamentos*.

3.2 – Las Paces de Quilín: tratados e acordos como forma de resistência

Como era de se esperar, a resistência mapuche converteu-se em um grande obstáculo para os interesses das autoridades coloniais e dificultou a consolidação da

21 Trecho de uma carta enviada por Pedro de Valdivia ao Imperador Carlos V, em 15 de outubro de 1550

conquista. Era de extrema necessidade que a resistência fosse sufocada, pois o estado prolongado de guerra entre conquistadores e indígenas estava potencializando a decadência político-econômica daquela região, que havia sido prejudicada desde que a cidade de Potosí se tornara um grande centro minerador no século XVII, fazendo com que muitos conquistadores que ali chegavam se queixassem com a Coroa espanhola (RODRÍGUEZ, 2003, p. 31).

Era um consenso entre os conquistadores e as demais autoridades coloniais que a consolidação do poder espanhol na Araucania e o desenvolvimento da região somente seria alcançado quando os mapuche fossem derrotados ou controlados. Queixas eram comuns entre os governadores e provedores, relativas ao roubo de gado e cavalo, ao rapto de mulheres e ao assassinato de centenas de soldados. Segundo Keun, dentre os espanhóis ainda havia aqueles que não estavam de total acordo com as negociações e acreditavam que somente através da guerra os mapuche seriam controlados:

Los capitanes eran de opinión contraria. Creían que el sometimiento debía ser impuesto por la aniquilación y no podía nacer de un acto voluntario en que se diera la paz; por la experiencia no creían en ella. Por otra parte, hacían ver que cada cacique a lo más comprometía los hombres de su reducción o grupo familiar, ya que nunca tuvo el mapuche la concepción de una autoridad que comprometiera a todos los miembros del pueblo (KEUN, 2012, p. 262).

Mesmo que os conquistadores definissem os mapuche como um povo bárbaro e violento, não haveria alternativa para que seus interesses fossem alcançados, que não fosse um acordo de paz. Nesse contexto, ficou claro a Francisco López de Zúñiga y Meneses, o Marquês de Baidés (1599 – 1656), Governador e Capitão-Geral do Reino do Chile (cargo assumido em outubro de 1639), que seguir na guerra não era mais uma opção viável por diversos fatores, entre eles a escassez de recursos e a pobreza que assolava da região. Assim sendo, não viu outra saída a não ser encontrar-se com as lideranças indígenas e propor um acordo de paz.

E assim, nos dias 5 e 6 de janeiro de 1641, acontece o Parlamento de Quilín, onde é assinado um tratado (*Paces de Quilín*)²² entre espanhóis (representados pelo

²² Pelo fato de pertencerem a uma cultura ágrafa, para os mapuche a ação de “assinar” algo não tinha valor algum. Nesse caso, realizavam um ritual bastante comum a eles, no qual matavam

Marquês de Baidés) e os indígenas mapuche (na figura do *toki* Liconpichón), o qual, segundo Bengoa, consiste em um dos documentos mais importantes da história do Chile:

Quilín estableció un rito. La Conquista se ritualizó. Se estableció por primera vez, la ceremonia de la Conquista. Dos sociedades, dos culturas, hasta ese momento sin ningún punto de encuentro, vieron en la institución del Parlamento un espacio posible de ser compartido. Para una sociedad extremadamente ritual como la mapuche, esto era definitivo (BENGOA, 2007, p. 95).

Neste acordo estabeleceu-se que algumas cidades e fortes espanhóis seriam despovoados e que os mapuche permitiriam aos missionários entrarem em seu território, além de libertarem alguns prisioneiros espanhóis. Dentre os diversos pontos acordados no tratado, destacamos alguns que foram de grande importância aos interesses dos indígenas, como por exemplo a demarcação do território mapuche ao sul do rio Bío-Bío, de modo que a Coroa reconheceria a soberania e a autoridade mapuche na região. Foi decretado que o território mapuche não faria parte da Capitania-Geral do Chile, tornando-se uma região independente, condições sob as quais permaneceria por cerca de 260 anos.

Além disso, os espanhóis se comprometeram a destruir os fortes que haviam sido construídos dentro do território mapuche. Em contrapartida, ficaria estabelecido também que os mapuche apoiariam os espanhóis em qualquer conflito que a Espanha se envolvesse, auxiliando a Coroa contra levantes, revoltas ou tentativas de invasão da colônia por outras potências europeias. Em outras palavras, “os inimigos da Espanha seriam também os inimigos dos mapuche”, como, por exemplo, na Batalha de Maipú²³, onde os mapuche se veem obrigados a lutarem contra os *hispanocriollos* que se revoltaram contra a Coroa. De modo geral, o Tratado de Quilín se revelou uma forma institucionalização das relações entre mapuche e *huincas*: “*Hasta mediados del siglo XVII no se habían producido rituales compartidos entre españoles, conquistadores y mapuches o araucanos. Solamente existía la guerra, que de cierto modo también se había constituido en un rito [...]*” (BENGOA, 2007, p. 97).

ovelhas, comiam pedaços do coração do animal, além de enterrar as armas em um buraco, como gesto de paz (BENGOA, 2007, p. 87).

23 Foi uma batalha travada perto de Santiago, em 5 de abril de 1818, entre rebeldes *hispanocriollos* e *realistas espanhóis*, durante a guerra de independência do Chile.

Fica evidente que a Coroa espanhola havia mudado de estratégia e visto na organização dos parlamentos – e também conversão religiosa com a chegada dos jesuítas – uma possibilidade de estabelecer uma relação mais amistosa com os mapuche. Uma espécie de combinação entre pacificação e “conquista espiritual”. Para o antropólogo Carlos Painemal, essa seria uma forma de estabelecer relações e contatos pacíficos, com a finalidade de pôr fim aos conflitos bélicos que por anos causaram baixas e perdas a ambos os lados e de desenvolver uma estratégia de persuasão e de boas relações com os indígenas (PAINEMAL, 2009, p. 60). E foi a partir de uma celebração de interação entre as duas culturas que o *koyang*²⁴ seria posteriormente institucionalizado e transformado nos *parlamentos*.

Os *parlamentos* foram responsáveis também por reestruturar a organização social e política dos mapuche, com isso os pequenos grupos passaram a reunir-se em grandes agrupamentos, e assim os *ayllarehue* foram reunidos em unidades políticas maiores chamadas de *futamapu* (ou *butalmapu*). Cada macrorregião ficaria agora sob o poder de um *apoulmen* (grande cacique), e a sociedade que antes se caracterizava por pequenos grupos independentes sem centralidade de poder, agora possui agrupamentos maiores e com poder centralizado, de modo que os chefes indígenas (*lonkos*) passariam ser considerados “caciques embaixadores”. [...] “Reconheceram-se os nativos como interlocutores políticos, dotados de direitos e de condições para negociar com as autoridades coloniais, e como legítimos proprietários dos territórios ancestrais, instituindo assim sua soberania formal sobre os territórios situados ao sul do Bío Bío” (SEIXLACK, 2017, p. 21-22).

Cabe ressaltar que mesmo com os acordos firmados e com a convocação dos *parlamentos*, algumas coisas não mudaram na prática. Os espanhóis continuaram frequentemente invadindo o território mapuche (agora delimitado) para capturar indígenas e vendê-los como escravos em Santiago (BENGOA, 1996, p. 34).

Porém, o aspecto mais importante que envolve não somente o Tratado de Quilín, mas todos os parlamentos e negociações que se seguiram, não foi apenas a redução dos conflitos bélicos em si, mas sim a participação política do povo mapuche. É com os *parlamentos* que o protagonismo dos nativos e seu papel enquanto sujeitos políticos ficam mais evidentes.

24 Cerimônia que os mapuche realizavam para discutir os assuntos mais importantes da sociedade indígena. Era a palavra, na língua mapudungún, que definia o que era uma assembleia.

De certo modo, a guerra foi substituída por um conjunto complexo e dinâmico de relações sociais, econômicas e políticas entre espanhóis e mapuche. A paz na região fronteira favoreceu o desenvolvimento econômico, político e social, que foi benéfico tanto para espanhóis quanto para os mapuche. Para a historiadora Alessandra Seixlack, a fronteira deixa de ser apenas um limite geográfico, espaço de conflitos bélicos, e passa a ser um espaço de constante circulação de pessoas e mercadorias de várias origens, além de estabelecimento de relações que se moldavam aos interesses de cada parte (SEIXLACK, 2017, p. 12).

Vale ressaltar os dois momentos diferentes que marcaram o período posterior ao acordo de Quilín. O primeiro vai até o *parlamento* de 1726, em Negrete, e foi marcado por violência. O segundo, até o *parlamento* celebrado pelo governador Ambrosio O'Higgins anos antes da independência chilena, o qual foi marcado por relativa paz e respeito pelas fronteiras, além de verificar-se um relativo aumento populacional do povo mapuche.

Mais do que simples acordos de paz, os *parlamentos* significavam também um modo de resistência, pois atendiam os interesses dos indígenas e transformavam os mapuche em protagonistas do processo de conquista que se iniciou com a Guerra do Arauco e perpetuou-se para além da independência do Chile. Os *parlamentos* não são apenas cerimônias ou reuniões para tratar de assuntos relativos ao fim dos conflitos bélicos em si; mais do que isso, os *parlamentos* assumem o caráter de instrumento jurídico que daria aos mapuche a possibilidade de se converterem em sujeitos políticos e de fazer valer as ferramentas de poder (BOCCARA, 2002, p. 64).

3.3 – mapuche, o povo que a Espanha nunca conquistou

Os mapuche foram um dentre os povos nativos da América que por muito tempo resistiu às tentativas de conquista espanhola, cerca de 300 anos. Tal resistência foi possível por diversos fatores: a característica do território habitado, a estrutura social simples, porém homogênea, onde não havia classes e dominadas e a experiência guerreira, provavelmente decorrente da resistência às invasões Incas. Mas o que torna a resistência mapuche distinta daquela dos demais povos ameríndios?

Muchas explicaciones se han dado a estos hechos. Se ha hablado de un “espíritu guerrero”, de “raza militar”, y muchas otras explicaciones parciales o simplemente falsas. Hoy día es bastante difundida la hipótesis explicativa que fundamenta en el tipo de organización social mapuche el éxito militar. Alvaro Jara desarrolla esta explicación y muchos otros la han expuesto. Según tal hipótesis, a diferencia de los incas y mexicanos, que poseían gobiernos centralizados y divisiones políticas internas, los mapuches poseían una estructura social no jerarquizada. En la situación mexicana y andina, el conquistador golpeó el centro del poder político y, al conquistarlo, se aseguró el dominio del Imperio. En el caso mapuche esto no era posible, ya que su sometimiento pasaba por el de cada una de las miles de familias independientes (BENGOA, 1996, p. 37).

Autores como Bengoa e Boccara, por exemplo, discutem essa questão e apresentam algumas hipóteses que poderiam muito bem explicar o porquê do êxito dos mapuche em bloquear o avanço da conquista espanhola. Como visto, os documentos da época sugerem uma organização político-social entre os mapuche caracterizada por grande dispersão e pela ausência de poder centralizado, sem chefes que exercessem poder permanente e sem a cobrança institucionalizada de tributo. Tal conjuntura se alterava apenas em períodos de guerra ou de graves crises sociais, quando um *toki* era escolhido por meio de uma assembleia (BOCCARA, 2002, p. 64).

Dessa forma, alguns pesquisadores atribuem o êxito mapuche à falta desse governo centralizado e internamente hierarquizado, algo que era comum entre os Astecas e Incas, por exemplo. A centralização do poder nas mãos de um grupo específico de indivíduos foi explorada pelos conquistadores, que por diversas vezes forçavam conflitos a fim de enfraquecer as lideranças nativas e de investir contra essas civilizações. No caso dos Vice-Reinados da Nova Espanha e do Peru, o nível de desenvolvimento alcançado pelas sociedades nativas havia levado estas a exercerem domínios de cunho imperial, submetendo grupos políticos articulados, que possuíam rivalidades objetivas com o poder centralizado, fato esse que foi amplamente explorado pelos conquistadores.

Ao ler a história do México, não podemos evitar a pergunta: por que os índios não resistem mais? Será que não se dão conta das ambições colonizadoras de Cortez? A resposta desloca a pergunta: os índios das regiões atravessadas por Cortez no início não ficam muito impressionadas com suas intenções colonizadoras, porque esses índios já foram conquistados e colonizados pelos Astecas (TODOROV, 2014, p. 80).

Quando Francisco Pizarro deparou-se com o Império Inca, este encontrava-se dividido em dois reinados ou principados. Essa rivalidade foi aproveitada pelos espanhóis para a destruição da civilização Inca. O mesmo ocorreu com México-Tenochtitlán, que dominava pela força, e de forma muitas vezes sangrenta, as numerosas sociedades subordinadas. Nada disso ocorria no Chile.

Como os mapuche não se organizavam de forma hierarquizada, os conquistadores não dispunham dessa ferramenta. Não adiantava aprisionar ou matar um *toki*, pois logo em seguida os mapuche escolheriam outro. Ou seja, a tática de eliminar o líder a fim de desestruturar o exército, e conseqüentemente, o povo, não funcionaria com os mapuche, pois além de não terem um poder centralizado, a sociedade não estava agrupada de forma homogênea, e sim em vários pequenos grupos independentes ou clãs, os *rehues*. Somado a isso, a guerra assumia um caráter popular, porque não havia distinção de população civil e militar. Todos entendiam que a guerra era uma questão de sobrevivência e de defesa de sua cultura e de manutenção do território (BENGOA, 1996, pág. 37).

Para los mapuches, la guerra se transformó en sobrevivencia. Es por ello que la guerra de Arauco asumió un carácter masivo de guerra popular. Si bien es cierto que la mayor parte de las veces los que luchaban eran guerreros, esto es, mocetones y caciques, no existía en la practica diferencia entre población militar y civil. La guerra la sufría todo el pueblo y todos se preparaban para ella (BENGOA, 1996, p. 37).

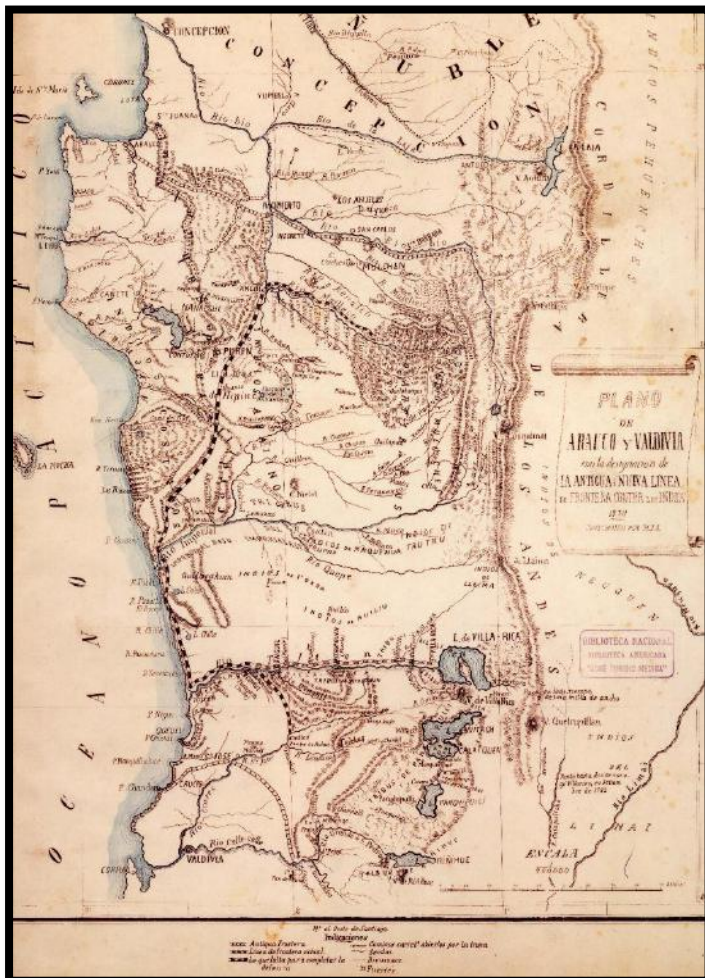
Para Bengoa, algo que também pode ser considerado fundamental para explicar a natureza guerreira dos mapuche e a longa Guerra do Arauco seria sua relação com a natureza. Como um povo coletor-caçador, eles não obedeciam a horários, tempo, dias de trabalho, etc., características próprias de comunidades agrárias. E como caçadores, que estavam sempre colocando suas vidas em risco, acabaram por adquirir grande habilidade física e técnica, o que os tornou grandes guerreiros (BENGOA, 1996, p. 21 e 22).

O fato dos espanhóis terem reconhecido a soberania mapuche sobre os territórios ao sul do rio Bío Bío por si só já coloca esse povo em um lugar de relevante destaque entre os ameríndios, algo que não foi verificado em outras regiões que passaram pelo processo de conquista espanhola. Porém o que mais se destaca na história mapuche não foi a “resistência física”, fruto das diversas batalhas vencidas por eles, mas sim as negociações e acordos de paz. Segundo Contreras,

“a resistência indígena não se constitui apenas no âmbito da oposição, do obstáculo, da reação e da defesa, mas também se revela efetiva na complementaridade e na negociação” (CONTRERAS, 2008, p. 1).

Neste contexto, o guerreiro mapuche passava agora a ser um tipo de mediador entre as relações dos indígenas e os espanhóis, trocando as armas pelos acordos de paz, em busca da consolidação de seu poder local e de boas relações com os conquistadores. Pois desde o início do século XVII, algumas autoridades indígenas já visualizavam um possível entendimento com os espanhóis. A grande quantidade de gado nos Pampas e um possível traslado desses animais para a região da Araucania viria a representar um papel importante na relação huincas-mapuche, pois poderiam ser trocados por produtos europeus que já estavam sendo utilizados pelos indígenas (RODRÍGUEZ, 2003, p. 35).

"Plano de Arauco y Valdivia"



Designação da antiga e nova linha de fronteira contra os índios, 1870. Santiago: s.n. Autor: J. O., Manuel. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:La_Frontera.jpg

4. Conclusão

É comum encontrarmos em diversas obras historiográficas mais antigas e em livros didáticos a imagem do indígena como um sujeito passivo na relação com o conquistador europeu, principalmente durante o processo de colonização na América. Normalmente, o nativo é representado como bárbaro, selvagem e até mesmo com uma certa “inocência” frente ao “civilizado conquistador”. À medida que reagem às investidas dos estrangeiros, a imagem que nos é mostrada é baseada na dicotomia “civilizado x selvagem”, e, muitas vezes, posta de forma generalizada, não respeitando a existência das mais diversas etnias, culturas, etc. Os nativos são genericamente representados como “indígenas”, que não conseguem suportar o peso da conquista e sucumbem ao poder europeu.

Durante muito tempo, as populações indígenas permaneceram às margens da história como meros espectadores do processo histórico da conquista, onde suas culturas seguiam pelo tempo apenas como folclore e/ou englobadas como parte de uma “cultura maior”, civilizada e europeia. Os indígenas não eram vistos como sujeitos históricos, ativos e capazes de serem protagonistas de sua própria história. Para Boccara, os povos indígenas não são apenas produtos da história, na medida em que foram capazes de desenvolver estratégias de resistências que se inserem na continuidade de práticas e representações (BOCCARA, 2002, p. 47).

Este trabalho preocupou-se em abordar o protagonismo mapuche, não apenas a partir da resistência bélica durante todos séculos de conflitos com os *hispanocriollos*, mas das negociações e acordos de paz que atendiam não somente aos interesses dos conquistadores, mas principalmente, dos mapuche. Os trabalhos realizados, por exemplo, pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira e pela historiadora Maria Regina Celestino de Almeida, buscam conferir ao indígena o lugar de sujeito histórico e não de simples vítima do processo colonial, além de desconstruir imagens discriminatórias e preconceituosas. Dessa forma, criticam a ideia de que os nativos foram vítimas de políticas assimilacionistas e de manipulações por parte dos agentes coloniais, o que teria resultado na perda da identidade indígena e na invisibilidade dos índios na história. Ressaltam, por sua vez, a participação dos povos indígenas nos processos coloniais, valorizando-os como sujeitos que agem politicamente a partir de interesses próprios e destacando a diversidade das reações políticas traçadas, já que não houve uma “indianidade”

comum a todos os povos nativos. Para os historiadores Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva:

Sobre as sociedades sedentárias, astecas e incas, por exemplo, os conquistadores impuseram a proximidade com o sistema de valores colonial, ao obrigá-los a trabalhar e residir nas propriedades dos colonos, facilitando o processo de imposição de costumes e crenças, que era uma das formas de aculturação. Já com os povos nômades se deu o contrário, pois sociedades indígenas de diferentes regiões das Américas, como os chichimecas no norte do México, os araucanos no sul do Chile, as tribos do oeste dos Estados Unidos e os índios do sertão do Brasil, resistiram à dominação europeia, apesar de passarem por formas de aculturação úteis para sua sociedade, como o emprego do cavalo e das armas de fogo. Esses povos escaparam, em seu processo de resistência, da imposição de trabalho e de residência nas propriedades dos colonos, evitando, também, o processo de imposição de valores europeus. Mas isso não os impediu de optarem por assimilar elementos culturais estrangeiros, como as armas de fogo e a criação de cavalos, que em vez de destruir sua cultura, foram incorporados a ela, permitindo-lhes continuar a resistência contra a colonização. Tal incorporação, para Watchel, também foi uma forma de aculturação, realizada, todavia, não por um povo dominado, mas sim por uma sociedade independente. (SILVA; SILVA, 2009, p. 16 e 17).

Porém, para compreender melhor a atuação dos povos nativos na história, seria necessário afastar-se um pouco da ótica eurocêntrica da conquista e analisar os indígenas a partir de uma nova perspectiva. A ascensão dos estudos interdisciplinares, em especial a aproximação entre a História e a Antropologia, foi fundamental para redefinir o papel dos indígenas e, principalmente, dar ênfase ao seu protagonismo. Por muitos anos os povos indígenas foram ignorados do processo de formação de uma identidade nacional, mas a partir de uma revisão historiográfica que vem ocorrendo e através de pesquisas interdisciplinares, pode-se afirmar, segundo Maria Regina, que os povos indígenas tiveram sim uma participação relevante não apenas nas guerras de independências dos países latino-americanos, mas também na formação na nação em si. (CELESTINO, 2011, p. 105).

Boccaro também coloca a importância da interdisciplinaridade, em especial da Antropologia Histórica, para uma melhor compreensão da história indígena na América. Segundo ele, a partir da utilização das ferramentas disponíveis em ambas as disciplinas, historiadores e antropólogos começam a considerar de forma mais precisa a historicidade das configurações sociais, além de prestar mais atenção às categorias e à constituição das identidades indígenas (BOCCARA, 2002, p. 47). Ainda, para Boccaro, a aproximação entre as disciplinas possibilita compreender que as sociedades indígenas foram capazes de desenvolver estratégias de resistência

que se inserem na continuidade de práticas e representações, antes mesmo da conquista (BOCCARA, 2002, p. 47).

Com o desenvolvimento das pesquisas em torno da História Indígena e da Antropologia Histórica foi possível analisar através de outra perspectiva os processos históricos que envolvem os povos indígenas, e no nosso caso, o povo mapuche. O avanço de tais pesquisas foi fundamental para redefinir o papel desses povos, não apenas no contexto da conquista e colonização em si, mas principalmente, na formação dos Estados Nacionais. Para Maria Regina, muitas pesquisas no campo da têm demonstrado que os povos indígenas, mesmo sob violência e acossados pelos conquistadores, conseguiram rearticular suas relações sociais, em prol de interesses próprios. Tais pesquisas mostram que os indígenas conseguem sim agir politicamente, aparecendo como sujeitos históricos dotados de consciência política (CELESTINO, 2011, p. 106).

No caso dos mapuche, isso fica bastante claro quando analisamos os acordos de paz e as negociações que se iniciaram a partir do *Tratado de Quilín*. Pois, além da resistência militar, as negociações com os espanhóis foram um dos principais fatores que permitiram a constituição de uma sociedade fronteiriça e significativas mudanças das características sociais, econômicas e sociais na região. Maria Regina aponta que os indígenas não constituíam sociedades monolíticas e cristalizadas; ademais, que nas relações intra e interétnicas, fossem elas guerras ou alianças políticas, eles sempre agiam de acordo com seus próprios interesses, ou seja, não eram sujeitos passivos (CELESTINO, 2011, p. 110)

As guerras e, conseqüentemente, a resistência mapuche, foram responsáveis por barrar o avanço espanhol e pôr fim às expectativas de uma conquista aos moldes do que ocorreu nos Andes e no México. Isto por si só já seria o bastante para destacar o protagonismo dos mapuche na história das conquistas, mas isso tende a ser algo natural, pois eles estavam se defendendo de ataques. Eles não provocaram os estrangeiros e tampouco buscaram a guerra, tudo não passou de uma resposta às ofensivas espanholas. O que se destaca aqui é o fato de uma população resistir à tentativa de dominação por quase três séculos e barrar o avanço da “civilização”.

Os acordos e negociações nos mostram o quanto os mapuche eram mais que “simples nativos” dialogando com o conquistador, buscando o fim das guerras,

mortes e etc. Ao analisarmos o Tratado de Quilín, bem como os demais acordos estabelecidos nos *parlamentos* subsequentes, fica claro que eles eram sujeitos políticos e bastante conscientes de seus objetivos e intenções.

Foi a partir desses acordos que a região da Araucania observou um desenvolvimento social e econômico que não existia antes dos espanhóis. Isso se deve principalmente à inserção do gado na economia mapuche, transformando a pecuária como em um fator de mobilidade social. E, com isso, grupos sociais distintos se formaram, e conseqüentemente, uma elite indígena, algo que não havia antes do encontro com o conquistador. Ocorre uma expansão comercial e econômica após os *parlamentos*, devido às relações sociais entre nativos, espanhóis, *hispanocriollos* e outros povos indígenas.

Nuestro contacto con los cristianos en los últimos años, decía Foyel, nos ha aficionado a la yerba, al azúcar, a la galleta, a la harina y a otra regalías que antes no conocíamos, pero que nos han sido ya casi necesarias. Si hacemos la guerra a los españoles, no tendremos mercados para nuestras pieles, ponchos, plumas, etcétera, de modo que en nuestro propio interés está mantener con ellos buenas relaciones (RODRÍGUEZ, 2003, p. 36, apud, VILLALOBOS, 1989, p. 80).

Segundo Rodríguez, a criação de gado foi uma atividade fundamental para a relação huinca-mapuche, e suas atividades derivadas (como a produção de sal para a fabricação de charque e a produção têxtil) foram essenciais para o desenvolvimento econômico dessas sociedades indígenas (RODRÍGUEZ, 2003, p. 35). A economia mapuche deixou de ser caçadora/coletora para se converter em uma economia produtora, baseada no gado, no sal e nos têxteis, de modo que a economia indígena e a economia capitalista passaram a se complementar. Em determinado momento, o desenvolvimento da região começa a verificar sinais de uma certa consolidação. De um lado, os mapuche conseguem acumular centenas de cabeças de gado, enquanto às margens do rio Bío Bío os *hispanocriollos* estabelecem suas estâncias, verificando-se assim o início de um momento de relativa paz que era interessante a ambos.

Maria Regina Celestino afirma que, apesar dos prejuízos incalculáveis, os indígenas tiveram uma participação política buscando certo ressarcimento das perdas, ou uma amenização das mesmas, e dependendo das trajetórias traçadas pelas mais diversas etnias, eles poderiam optar pela integração, pela cidadania e até

mesmo pela nacionalidade compartilhada. E, independente se tais relações terminavam em guerras ou negociações e acordos, tudo era feito em prol de interesses próprios (CELESTINO, 2011, p. 109). Estes interesses próprios talvez sejam o que mais se destaca como forma de resistência e acentua o protagonismo mapuche no processo histórico:

Depois de dois séculos de progressiva penetração além da cordilheira, se percebe a existência no século XVIII de assentamentos mapuche nos pampas da Argentina atual. Firma-se um complexo sistema econômico-guerreiro que supõe a união e colaboração de vários grupos por meio de um território que se estende do Pacífico ao Atlântico. Este “império mapuche” funciona com base em alianças políticas e matrimoniais entre grupos mapuche, huilliches, pampas e tehuelches. De modo que temos aqui um interessante processo de mestiçagem interétnico em um macroespaço que cobre várias fronteiras e conduz os indígenas a desenvolver estratégias políticas diversas com os poderes coloniais tanto das fronteiras chilenas quanto argentinas (BOCCARA, 2007, p. 68).

Para Maria Regina, a participação indígena nos processos políticos também foi um modo de resistência e todos os meios utilizados por eles – acordos, participação em cargos públicos, entendimento de leis e processos burocráticos – atendiam aos seus próprios interesses. Os indígenas respeitavam (na maioria dos casos) até mesmo o pagamento de tributos, visando à manutenção de direitos adquiridos junto à Coroa espanhola. Para a autora, as histórias dos indígenas e dos espanhóis se misturam desde o século XVI e, portando, não devem ser estudadas separadamente, pois se complementam (CELESTINO, 2011, p. 127). Percebemos o quanto as sociedades indígenas se moldavam, adaptavam, reestruturavam, negociavam e, mesmo sob violência e enfrentando dificuldades, utilizaram-se das instituições dos estrangeiros em prol de seus interesses.

Com este trabalho, tentamos mostrar, em primeiro lugar, que a resistência não se dá apenas pelas armas, ela pode ser conseguida também por meio de acordos, tratados e negociações políticas, ou seja, pela “pena” ao invés da espada. E esse fator foi bastante aproveitado pelos mapuche. Mas, principalmente, o que buscamos enfatizar aqui é como o protagonismo histórico mapuche se deu mediante a utilização dos métodos que, originalmente, eram empregados pelos espanhóis para pôr fim a resistência dos indígenas e, então, consolidar sua conquista. Os mapuche reverteram tais métodos a seu favor e, atendendo a seus próprios interesses, alcançaram um grau de desenvolvimento econômico que mudaria sua estrutura social e suas relações não apenas com os espanhóis, mas também com outros

povos indígenas na região. Tentamos mostrar que o “pacto colonial” entre mapuche e *hispanocriollos* foi produto da política expansionista e “conquistadora” da Coroa espanhola, mas também do protagonismo indígena. Os nativos tinham seus próprios entendimentos e aspirações em relação aos movimentos sociais nos quais se envolviam, de modo que não se anularam como agentes sociais, tampouco desapareceram da história, como costumava ser sugerido pela historiografia (CELESTINO, 2011, p. 117).

Para finalizar, segundo Boccara, o processo de reorganização sociocultural mapuche se desenvolveu em um contexto marcado pela autonomia, no qual, apesar de os indígenas terem que repensar suas relações internas e externas, nunca, até a derrota final no fim do século XIX, foram dominados socialmente, explorados economicamente, submetidos militarmente ou transformados em elementos passivos pelos conquistadores. Seu desenvolvimento econômico, sua expansão em direção aos pampas argentinos, suas conexões com os mercados coloniais e com outros povos indígenas explicam em grande parte o fato de terem sido, durante mais de três séculos, os vencedores e não os vencidos da história (BOCCARA, 2007, p. 72).

5. Referências Bibliográficas

Fontes primárias

Cartas que Pedro de Valdívía ao Rei de Espanha, Carlos V.
(Disponível em: http://www.historia.uchile.cl/CDA/fh_colecciones/index.html. Acesso em 06 de abril de 2019)

ERCILLA E ZUÑIGA, Alonso de. **La Araucana**.
(Disponível em: ww2.educarchile.cl/UserFiles/P0001/File/articles-66625_Archivo.pdf. Acesso em 06 de abril de 2019)

Fontes secundárias

AGUILERA, Carlos Ortiz. **El parlamento de Quilín del año 1641: una aproximación a las relaciones interlinajes a partir de la vida fronteriza**. Cuadernos de Historia, Santiago, nº 42, p. 7-31, junho/2015.
(Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-12432015000100001&lng=es&nrm=iso. Acesso em 13 de abril de 2019).

ALDEA, Pedro Ruíz. **Los araucanos i sus costumbres**. Santiago, Guillermo Miranda, 1902. (Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-9266.html>. Acesso em 01 de maio de 2019).

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas**. In: Cecília Azevedo, Ronald Raminelli (org.). *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ALVARADO P., Margarita. **Weichafe: El guerrero mapuche. Caracterización y definición del rol del guerrero en la “Guerra de Arauco” (1536-1656)**. Revista de Historia Indígena, nº1, p. 35-54.
(Disponível em: <https://revistahistoriaindigena.uchile.cl/index.php/RHI/article/view/40255/41810>. Acesso em 13 de abril de 2019)

BENGOA, José. **El Tratado de Quilín: Documentos adicionales a la Historia de los antiguos mapuches del sur**. Santiago: Catalonia, 2007.

_____. **Historia del Pueblo mapuche (siglo XIX y XX)**. 5ª edición. Santiago, Ediciones Sur, 1996.

_____. **Los mapuche: historia, cultura y conflicto**. Cadernos das Américas Latina, nº 68, 2011, p. 89-107.
(Disponível em <http://journals.openedition.org/cal/118>. Acesso em 01 de maio de 2019).

- BOCCARA, Guillaume. **Etnogénesis mapuche: Resistencia y Reestructuración Entre Los Indígenas del Centro-Sur de Chile (Siglos XVI-XVIII)**. The Hispanic American Historical Review, Vol. 79, Nº 3, p. 425-461. AGO, 1999.
- _____. **Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial**. Tempo, vol. 12, núm. 23, julho, 2007, pág. 56-72.
- _____. **Colonización, Resistencia y Mestizaje en las Américas (siglos XVI-XX)**. Lima, Ediciones Abya-Yala, 2002.
- CONTRERAS, Raul Ortiz. **Etnogênese e resistência mapuche no período colonial: alguns apontamentos críticos**. In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. 2008. Anais...São Paulo: ANPUH/SP-USP.
- FOERSTER, Rolf. **Introducción a la religiosidad mapuche**. 2ª edición. Santiago, Editorial Universitaria, 1995.
(Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-8220.html>. Acesso em 01 de maio de 2019).
- KEUN, Ricardo Ferrando. **Y así nació la frontera... Conquista, Guerra, Ocupación, Pacificación - 1550 – 1900**. Temuco, Ediciones UC Temuco, 2012.
- LATCHAM, Ricardo E.. **La organización social y las creencias religiosas de los antiguos araucanos**. Santiago de Chile, Imprenta Cervantes, 1924.
(Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-8189.html>. Acesso em 01 de maio de 2019).
- LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A conquista da América Latina vista pelos índios**. 3ª edição. Petrópolis, Vozes, 1987.
- MEDINA, José Toribio, **1852-1930: Los aborígenes de Chile**. Santiago, Imprenta Gutenberg, 1882.
(Disponível em <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-8185.html>. Acesso em 01 de maio de 2019).
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. In: João Pacheco de Oliveira (org.) A viagem da volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.
- PAINEMAL, Carlos Contreras. **Koyang: Parlamento y Protocolo en la Diplomacia mapuche-castellana. Siglos XVI-XIX**. Centro de Investigación y Documentación Chile – Latinoamérica, Berlin, 2007. (Disponível em: <https://www.fdcl.org/publication/2007-01-20-koyang/>. Acesso em 02 de junho de 2019).

-
- _____. **Los Tratados Mapuche**. Estudios Latinoamericanos, Año 1, nº 2, segundo semestre de 2009, pp.50-79.
(Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/57162814/contreras-painemal-2009-los-tratados-mapuche>. Acesso em 13 de abril de 2019)
- RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.
- RODRÍGUEZ, Jorge Pinto. **La formación del Estado y la Nación y el Pueblo mapuche: de la inclusión a la exclusión**. 2ª edición. Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Santiago, 2003.
- ROMANO, Ruggiero. **Os Mecanismos da Conquista Colonial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
- SEIXLACK, Alessandra Gonzalez de Carvalho. **Entre a Araucania maldita e o Deserto indômito: Debates oitocentistas sobre a Pacificação da Araucania no Chile e a Conquista do Deserto na Argentina**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2017. 306 p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo, Editora Contexto, 2009.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. Tradução: Beatriz Perrone Moisés. São Paulo, Martins Fontes, 2014.